RESOLUÇÃO DPG Nº 648, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024

Alterada, em partes, pela Resolução DPG Nº 401, de 27 de agosto de 2025

Designa extraordinariamente defensora pública

O **DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 18, VII e XII, da Lei Complementar Estadual nº 136/2011;

CONSIDERANDO que a expansão e consolidação da Defensoria Pública no estado é medida fundamental para garantir a promoção dos direitos humanos e defesa integral e gratuita dos/as necessitados/as;

CONSIDERANDO a necessidade de que a prestação de serviço pela Defensoria Pública do Estado do Paraná seja exercida com continuidade;

CONSIDERANDO o esforço recorrente da Administração Superior para cobertura de ofícios em hipóteses de afastamentos e férias para garantir a continuidade dos serviços institucionais;

CONSIDERANDO que os atos normativos internos expedidos são recorrentemente inócuos diante do desinteresse de membros/as na cobertura dos afastamentos;

CONSIDERANDO a notória insuficiência do número de defensores/as públicos/as substitutos para cobrirem todos os afastamentos;

CONSIDERANDO que, por meio do **EDITAL DPG Nº 082/2024**, foram abertas as inscrições para os/as defensores/as públicos/as interessados/as em participar do projeto piloto de cobertura emergencial de afastamentos;

CONSIDERANDO que através do **EDITAL DPG Nº 084/2024** foi divulgado o resultado da seleção para o projeto piloto,

RESOLVE

~~**Art. 1º.** Designar o defensor público **CARLOS AUGUSTO SILVA MOREIRA LIMA** e a defensora pública **ANNA CARLA DA COSTA MIGUEL ALVES MARQUES**, com prejuízo de suas atribuições ordinárias e extraordinárias, para o projeto piloto de cobertura emergencial de afastamentos, vinculado ao Gabinete da Defensoria Pública-Geral.~~

Art. 1º. Designar, com prejuízo das atribuições ordinárias e extraordinárias, o defensor público **CARLOS AUGUSTO SILVA MOREIRA LIMA**, a partir de 21/10/2024, e a defensora pública **ANNA CARLA DA COSTA MIGUEL ALVES MARQUES**, a partir de 18/11/2024, para o projeto piloto de cobertura emergencial de afastamentos, vinculado ao Gabinete da Defensoria Pública-Geral, pelo período de 1 (um) ano. (Redação dada pela Resolução DPG 401/2025)

§1º. As designações extraordinárias serão comunicadas aos/às interessados/as pelo Gabinete da Defensoria Pública-Geral, através de e-mail funcional.

§2º. O e-mail enviado especificará o período de vigência, a unidade onde será realizada a atuação e demais detalhes necessários para o adequado cumprimento da substituição.

Art. 2º. Esta resolução possui efeitos na data da sua publicação.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná